

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.429 - SC (2019/0046011-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : ELIANE DA CRUZ BOIKO (PRESO)
ADVOGADOS : AIRTO CHAVES JUNIOR - SC026341
LEONARDO COSTELLA - SC039597
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ELIANE DA CRUZ BOIKO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n. 4000524-22.2019.8.24.0000.

Infere-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 155, § 4º, IV, c/c 14, II, por duas vezes, na forma do art. 71, e 331, por duas vezes, na forma do art. 71, todos do Código Penal (furto tentando qualificado e desacato). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça sustentando coação ilegal à paciente diante da ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, da primariedade e posterior indeferimento da revogação da custódia. O TJ/SC denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS (CRIMINAL). CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 155. § 4º. IV. C/C ART. 71. AMBOS DO CÓDIGO PENAL). CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E POSTERIOR NEGATIVA DE REVOGAÇÃO.

SUSTENTADA AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PARA A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR E DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE NÃO CONSTATADA NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA E DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL PERICULOSIDADE CONCRETA. REVELADA PELO MODUS OPERANDI. PACIENTE E COACUSADO FLAGRADOS NA POSSE DE 2 (DUAS) PARAFUZADEIRAS, RECÉM SUBTRAÍDA DA LOJA HAVAM AINDA. APREENSÃO DE 16 (DEZESSEIS) PARAFUZADEIRAS NO HOTEL EM QUE ESTAVAM HOSPEDADOS, ALÉM DE DIVERSOS OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM DUVIDOSA HABITUALIDADE CRIMINOSA DEMONSTRADA ADEMAIS. PACIENTE E COINDICIADO QUE NÃO RESIDEM NO DISTRITO DA CULPA E,

AO QUE TUDO INDICA, VIERAM SOMENTE PARA EXECUÇÃO DA PRÁTICA CRIMINOSA DESENVOLVURA DE DESLOCAMENTOS ENTRE ESTADOS E CIDADES, AO QUE TUDO INDICA, FINANCIADOS PELOS ASSAQUES RISCO DE REITERAÇÃO DELITUOSA E NECESSIDADE DE GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DOS FATOS QUE EVIDENCIAM A INEVITABILIDADE DA MEDIDA EXCEPCIONAL. PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP PREENCHIDOS. PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS IRRELEVANTES NA ESPÉCIE. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES NA ESPÉCIE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.

WRIT CONHECIDO. ORDEM DENEGADA

O recorrente pleiteia, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva decretada em seu desfavor, expedindo-se alvará de soltura. Sustenta que, mesmo em caso de futura condenação, não será privada de sua liberdade. Afirma que o magistrado não observou o pedido de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão e que não há fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator